COMISSÃO DE ECONOMIA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

PROJETO DE LEI Nº 2.164, DE 1999

Dispõe sobre a proibição de importação, fabricação e comercialização de seringas reutilizáveis em todo o território nacional e dá outras providências.

AUTOR: Deputado GERMANO RIGOTTO **RELATORA:** Deputada LÍDIA QUINAN

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 2.164/99, de autoria do nobre Deputado Germano Rigotto, dispõe sobre a proibição de importação, fabricação e comercialização de seringas reutilizáveis em todo o território nacional, medida preconizada em seu art. 1º, e dá outras providências. Em sua justificação, o ilustre Autor argumenta que inexiste segurança total contra o reuso de seringas de vidro reutilizáveis, que respondem, atualmente, por cerca de 30% da utilização de medicamentos injetáveis no País. Em suas palavras, a manipulação para reuso não oferece garantia completa de prevenção de doenças pelo emprego de material contaminado. De acordo com seu ponto de vista, constata-se, hoje em dia, preferência pelas seringas descartáveis, devido à facilidade de manuseio. O insigne Parlamentar ressalta, ainda, a importância da vedação do uso de seringas reutilizáveis, não apenas para os usuários de drogas, como, também, em decorrência da cultura de automedicação da população brasileira.

O Projeto de Lei nº 2.164/99 foi inicialmente distribuído em 01/12/99, pela ordem, às Comissões de Seguridade Social e Família e de Constituição e Justiça e de Redação, em regime de tramitação ordinária. Encaminhado o projeto em pauta ao primeiro daqueles Colegiados em 11/02/00, foi designado Relator, em 19/04/00, o insigne Deputado Darcísio Perondi, que, antes de oferecer seu Parecer, encaminhou, em 16/04/02, solicitação ao Presidente da Comissão no sentido de que se requeresse ao Presidente da Câmara dos Deputados que a Comissão de Economia, Indústria, Comércio e Turismo também se manifestasse sobre o projeto em pauta. Este pedido foi consubstanciado no Ofício nº 171/2002-P, de 16/04/02, assinado pelo nobre Deputado Rommel Feijó, Presidente da Comissão de Seguridade Social e Família, tendo o pleito sido deferido pelo Sr. Presidente desta Casa em 26/04/02. Procedeu-se, assim, à redistribuição da proposição, de modo que a Comissão de Economia, Indústria, Comércio e Turismo se manifestasse antes dos dois outros Colegiados.

Encaminhado o projeto em tela a esta Comissão em 10/05/02, recebemos, em 14/05/02, a honrosa missão de relatá-lo. Não se lhe apresentaram emendas até o final do prazo regimental para tanto destinado, em 22/05/02.

Cabe-nos, agora, nesta Comissão de Economia, Indústria, Comércio e Turismo, apreciar a matéria quanto ao mérito, nos aspectos atinentes às atribuições do Colegiado, nos termos do art. 32, VI, do Regimento Interno desta Casa.

É o relatório.

II - VOTO DA RELATORA

Estamos inteiramente de acordo com a proposição submetida à nossa análise. Com efeito, a ciência médica demonstra que a esterilização de seringas de vidro ou, mais recentemente, de plástico de alta qualidade, exige uma prática cuidadosa, que compreende as

etapas de colocação da agulha e da seringa de molho, remoção dos detritos visíveis,

transferência, com uso de fórceps, da agulha e da seringa para um esterilizador e esterilização

a vapor durante, pelo menos, 20 minutos, a uma temperatura entre 121 °C e 126 °C. Só assim

garante-se a morte de todos os vírus, bactérias e esporas nocivos.

É fácil concluir, portanto, que, em um país tão carente de recursos humanos e

materiais na área da saúde como o nosso, tais procedimentos dificilmente serão seguidos à

risca na totalidade das situações em que se manuseiem seringas reutilizáveis. Se se considerar,

adicionalmente, a população usuária de drogas injetáveis, ainda menos propensa a observar

normas de controle de esterilização do material usado, percebe-se que a disponibilidade desse

tipo de seringa representa um fator de disseminação de moléstias graves, como o tétano, a

hepatite e a AIDS.

Desta forma, os reflexos econômicos da iniciativa em tela recomendam

fortemente sua adoção, vez que os ganhos sociais decorrentes da melhoria dos níveis de saúde

pública mais que compensam os eventuais prejuízos privados das empresas que hoje se

dedicam à importação, fabricação e comercialização de seringas reutilizáveis. Somos,

portanto, favoráveis à proposta sob comento.

Por todos estes motivos, votamos pela aprovação do Projeto de Lei

nº 2.164, de 1999.

É o voto, salvo melhor juízo.

Sala da Comissão, em

de

de 2002.

Deputada LÍDIA QUINAN

Relatora

21024800.054